



## ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Talita Simões Leão e Valdevina Félix da Costa Pereira.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16/1/1989
Data de instalação	14/07/1989
Data da última correição	18 de agosto de 2020
Período correicionado	1º/08/2020 a 31/07/2021

Aos 24 dias do mês de agosto de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 18/2021, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação da Juíza titular, Herminegilda Leite Machado, da Juíza Substituta, Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/08/2020 a 31/07/2021** (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:



## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Herminegilda Leite Machado	10/07/2001 – Ato TRT GP nº 100/2001

### 1.2 Magistrada substituta fixa

A Juíza do Trabalho Substituta, Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque, foi designada para atuar, a partir do dia 1º de agosto de 2021, na Unidade correicionada (Ato TRT SCR nº 33/2021), enquanto perdurar o afastamento do Juiz do Trabalho Substituto fixo Lindinaldo Silva Marinho, atualmente atuando como Juiz Auxiliar da Corregedoria e Vice- Presidência, por meio do Ato TRT SGP nº 02/2021.

### 1.3 Servidores lotados na Unidade

A 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **14** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Amelia Weronika Braga de Lucena	Técnico Judiciário – Assistente III	12/12/1990
Antonio Carlos Bessa	Técnico Judiciário – Assistente III	17/12/1996
Everaldo Lemos Alves	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	05/05/1993
Francisco de Assis Oliveira da Silva	Técnico Judiciário	17/09/1991
Francisco de Assis Vasconcelos de Oliveira	Secretario de Audiencia	19/02/2018
João Marcos Esmeraldo Albuquerque	Técnico Judiciário	1º/02/2015
Marcio Rickley Araujo Damasceno	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	16/03/2018
Maria Aparecida de Moraes Duarte	Técnico Judiciário	12/12/1990
Pedro Henrique Beserra Galvao	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/02/2015
Reginaldo da Silva Pereira	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	07/06/2013
Renata Guedes Pereira de Lima Ramalho	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	15/05/2015
Rosangela de Souza Tavares	Técnico Judiciário – Calculista	04/06/2002
Sandra Campos de Assis	Técnico Judiciário – Assistente III	15/07/2001



Vicente Pessoa de Brito Filho	Técnico Judiciário – Calculista	06/01/2013
-------------------------------	---------------------------------	------------

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa, nas três fases processuais, sendo acrescentado à fase de execução, a tarefa de minutar despachos e cumprimento aos atos judiciais, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/7/2021, um acervo processual de **2.432** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	814
Fase de Liquidação	67
Fase de execução	1.545
Cartas precatórias e de ordem	6
<b>TOTAL</b>	<b>2.432</b>

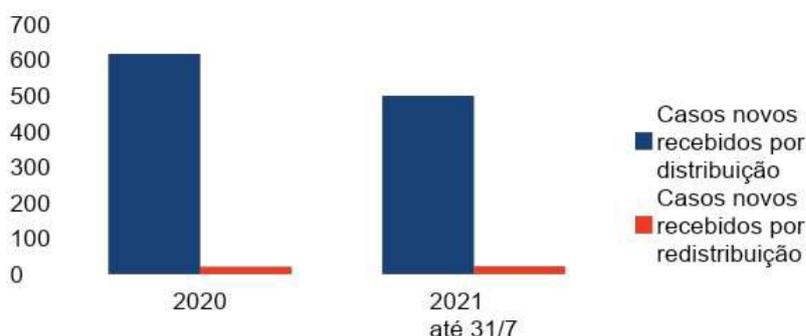
### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2020	2021 até 31/7
Casos novos recebidos por distribuição	616	499
Casos novos recebidos por redistribuição	20	21
<b>TOTAL</b>	<b>636</b>	<b>520</b>



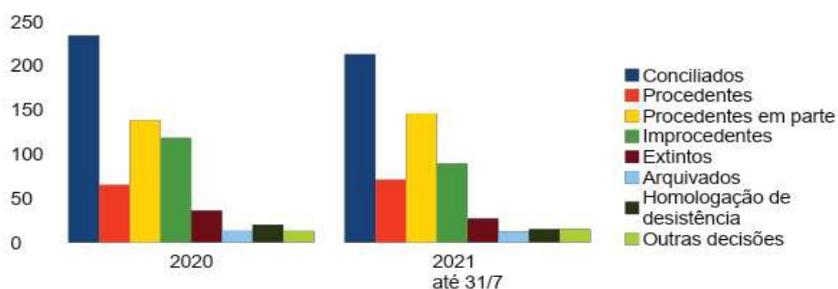
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



No período correccionado, há registro de 1 processo recebido com sentença anulada pela instância superior (0000403-74.2020.5.13.0003) e de 1 processo com sentença reformada pela instância superior (000713-45.2019.5.13.0026).

## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

Item	2020	2021 até 31/7
Conciliados	234	213
Procedentes	65	71
Procedentes em parte	138	146
Improcedentes	118	89
Extintos	36	27
Arquivados	13	12
Homologação de desistência	20	15
Outras decisões	13	15
<b>TOTAL</b>	<b>637</b>	<b>588</b>

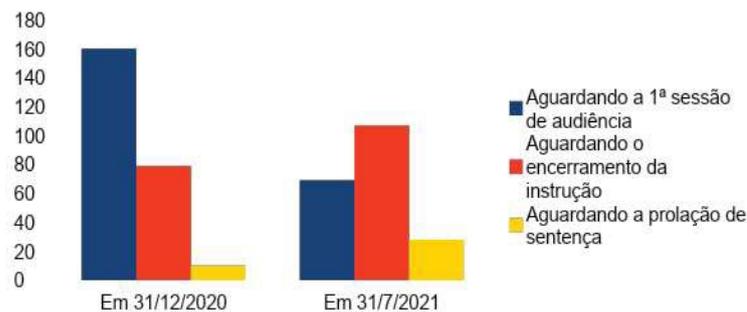




### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2020	Em 31/07/2021
Aguardando a 1ª sessão de audiência	160	69
Aguardando o encerramento da instrução	79	107
Aguardando a prolação de sentença	10	28
<b>TOTAL</b>	<b>249</b>	<b>204</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 até 31/07	Varição (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	954	814	-14,68%
Fase de liquidação	179	67	-62,57%
Fase de execução	1.598	1.545	-3,32%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



### 3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

#### 3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo:

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	50	46	60	32	285
Conciliação em conhecimento	33	29	44	33	54
Conciliação em Execução	38	45	38	34	44
Una	3	7	8	4	1
Instrução	113	99	124	123	18

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a sexta-feira.

#### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VT	2ª VT	3ª VT	4ª VT	5ª VT	6ª VT	7ª VT	8ª VT	9ª VT	10ª VT	11ª VT	12ª VT	13ª VT	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
08/20	37	14	49	45	3	18	37	10	34	54	8	3	35	24,83
09/20	61	44	51	88	41	51	83	32	74	102	60	42	64	61,83
10/20	71	41	48	120	86	58	73	34	90	88	49	72	59	70,08
11/20	97	100	122	201	205	83	100	81	82	158	66	94	80	112,25
12/20	88	46	50	84	242	21	76	45	60	75	40	41	46	72
01/21	22	8	34	31	54	11	25	13	27	31	19	14	8	21,92
02/21	115	48	134	62	131	61	79	39	67	85	56	62	54	71,58
03/21	105	66	144	96	173	94	96	60	89	102	63	116	81	95,08
04/21	149	74	196	106	90	101	114	62	81	118	27	78	121	93,42
05/21	129	89	225	117	172	91	113	79	57	126	57	140	136	108,83
06/21	115	114	181	139	105	131	74	77	83	114	138	126	143	113,25
07/21	106	99	145	93	96	57	114	50	93	43	135	142	160	99
<b>TOTAL</b>	<b>1095</b>	<b>743</b>	<b>1379</b>	<b>1182</b>	<b>1398</b>	<b>777</b>	<b>984</b>	<b>582</b>	<b>837</b>	<b>1096</b>	<b>718</b>	<b>930</b>	<b>987</b>	<b>944,08</b>



## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fontes: Hórus)

Fase de conhecimento	2020	2021 até 31/07
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	44	34
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	78	130
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	119	121
Da conclusão à prolação da sentença	17	15
Do ajuizamento até a prolação da sentença	130	134

## 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2020	2021 até 31/7
Embargos de declaração	Recebidos	167	178
	Baixados	145	195
	<b>Pendentes</b>	<b>55</b>	<b>35</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	115	101
	Apreciadas	70	67
	<b>Pendentes</b>	<b>26</b>	<b>17</b>
Liquidação /Execução	Recebidos	102	91
	Baixados	69	81
	<b>Pendentes</b>	<b>40</b>	<b>18</b>

## 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/08/2020 a 31/07/2021			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	254	275	22
Recurso adesivo	23	23	1
Agravo de petição	146	148	12
<b>Total</b>	<b>423</b>	<b>446</b>	<b>35</b>



## 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO - TMDP 1c e TMDP 1e (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2020**: **108** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **200** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **151** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia 31/07, é de **101** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **246** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **152** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **130** dias, para o exercício de 2020 e de **134** dias, relativo a este ano de **2021, até 31/7**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de 2020, foi de **1.083** dias, e de **1.137** dias, referente ao exercício atual até o dia 31 de julho.

Pontua-se que a Unidade correicionada encontra-se em **10º** lugar da jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano base de 2020.

Destaca-se a quantidade de processos baixados no ano de 2021 (até julho) - 468 processos, o 3ª melhor desempenho do Regional, podendo-se observar que o tempo médio de duração na fase de execução mostrou-se mais elevado (1.137 dias) em virtude do trabalho desenvolvido nos processos mais antigos.

## 8. Fase de execução (Fontes: Hórus e e-Gestão)

Item	2020	2021 até 31/7
Execuções pendentes no início do período	1.414	1.553
Execuções iniciadas	578	375
Desarquivados	149	344
Recebidos de outros Órgãos	43	3
Execução de título extrajudicial	2	-
Execuções encerradas	379	502



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Remetidos a outros Órgãos	5	-
Processos arquivados provisoriamente	454	252
<b>Execuções pendentes ao final do período</b>	<b>1.553</b>	<b>1.462</b>

## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/7
Acordo	PJe	R\$ 6.049.915,60	R\$ 4.176.993,69
Espontâneo	PJe	R\$ 3.256.820,26	R\$ 1.550.447,76
Execução	PJe	R\$ 5.587.910,53	R\$ 4.098.111,70
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 14.894.646,39</b>	<b>R\$ 9.825.553,15</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/7
Custas/Emolumentos	PJe	R\$100.490,32	R\$ 97.884,36
Contribuição previdenciária	Pje	R\$ 1.503.750,91	R\$ 1.110.981,36
Imposto de renda	PJe	R\$ 74.094,86	R\$54.904,83
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.678.336,09</b>	<b>R\$ 1.263.770,55</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/08/2020 a 31/07/2021		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	Pje	457
INFOJUD	Pje	270
SIMBA	Pje	-
RENAJUD	Pje	329
BNDT	Pendentes (PJe)	674



	Incluídos (PJe)	233
--	-----------------	-----

## 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2020 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,19%
Unidade Correicionada	98,22%

<b>Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,66%
Unidade Correicionada	113,46%

Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **499** casos novos (por distribuição) e **565** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **113,46%**.

<b>Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos primeiro e segundo graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,06% da Meta 2
	99,56% dos processos distribuídos até 31/12/2018
Unidade Correicionada	106,34% da Meta 2
	98,89% dos processos distribuídos até 31/12/2018

<b>Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	102,73% da Meta 2
	95,53% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	104,08% da Meta 2
	96,79% dos processos distribuídos até 31/12/2019



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**Meta 3/2020 – Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018**

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>39,40%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3
	41,36% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	101,51% da Meta 3
	39,94% de índice de conciliação

**Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>38,50%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	102,62% da Meta 3
	39,51% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	102,76% da Meta 3
	39,57% de índice de conciliação

**Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%
Unidade Correicionada	92,38%

**Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e cláusula de barreira na fase de execução: 65%**

Unidades de primeiro grau do TRT	78,05%
Unidade Correicionada	86,64%

**Indicadores**

Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2021-01	42	30	418	662	90,87	95,66	93,75
2021-02	76	53	393	647	76,91	88,63	83,80
2021-03	94	72	377	622	64,01	80,05	73,13
2021-04	92	67	368	598	54,76	72,93	64,75
2021-05	99	69	347	555	46,27	65,60	56,52
2021-06	81	71	341	671	41,33	64,96	54,47
2021-07	78	158	343	583	37,90	52,86	46,12

**Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau**

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,27%



Unidade Correicionada	105,27%
-----------------------	---------

**Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior**

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	89,23%
Unidade Correicionada	172,67%

## 12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, um acréscimo no percentual de 15%:

### Comparação entre taxas de baixados 2019/2020

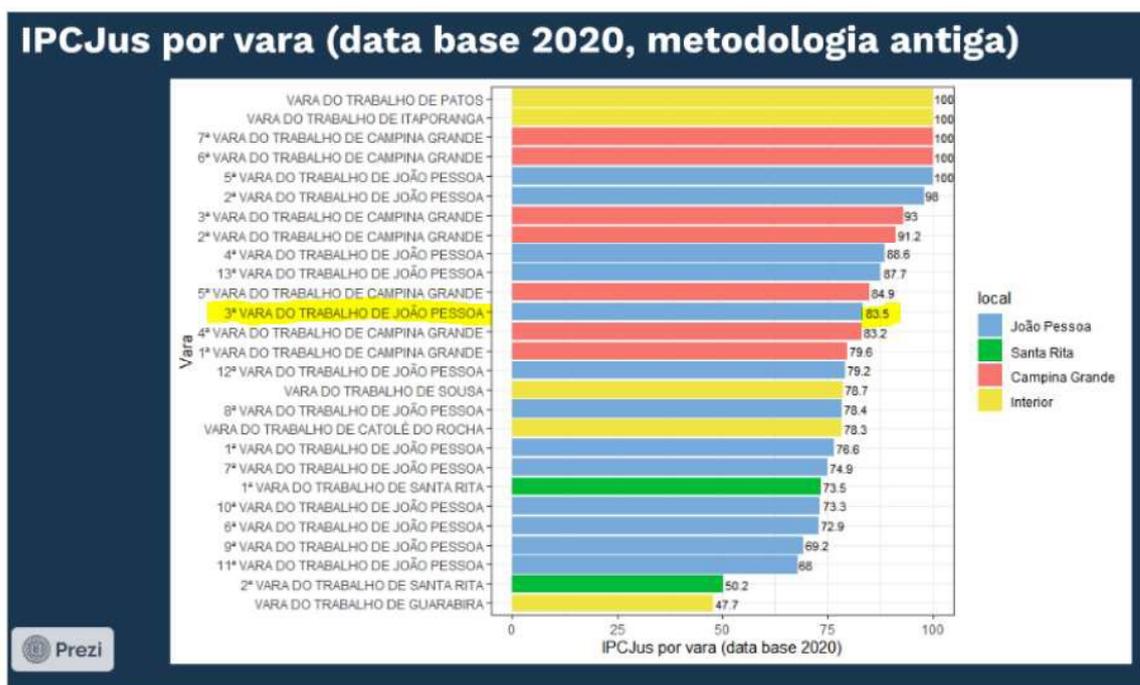
VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020	Varição 2019 - 2020
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68 ▲	39%
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1 ▬	0%
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6 ▲	34%
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7 ▲	29%
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2 ▼	-6%
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52,8 ▬	2%
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7 ▬	3%
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1 ▼	-7%
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3 ▬	3%
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5 ▼	-24%
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6 ▲	36%
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1 ▼	-14%
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46 ▬	-3%
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1 ▼	-21%
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1 ▼	-6%
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9 ▬	15%
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4 ▬	4%
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5 ▼	-19%
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8 ▼	-12%
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7 ▬	-4%
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1 ▼	-14%
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4 ▬	15%
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1 ▼	-19%
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4 ▼	-16%
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6 ▼	-11%
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8 ▼	-14%
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21 ▼	-27%

Prezi



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa atingido o percentual aproximado de 83,5%.



Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma considerável redução nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento entre 2019 e 2020, e um leve aumento na fase de execução. Já o ano de 2021 demonstra a tendência de crescimento dos processos baixados nas duas fases.

Processos baixados	2019	2020	2021 até 31/07
Fase de conhecimento	1.002	721	562
Fase de execução	504	608	512



### Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho		
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.076
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.066
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.062
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.002
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	994
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	965
	8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	936
	10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	911
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	903
	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	878
	11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	813
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	408
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	359

### Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho		
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
	8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
	11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
	10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

### Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento - até julho/2021)

Vara do Trabalho		
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	570
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	562
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	489
	11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	482
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	480
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	465
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	460
	10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	454
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	452
	8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	450
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	410
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	372



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/execução)

Vara do Trabalho	
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	694
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	559
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	533
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	504
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	468
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	437
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	138
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	79
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	15

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

Vara do Trabalho	
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução - até julho/2021)

Vara do Trabalho	
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	571
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	542
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	512
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	505
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	366
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	357
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	325
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	306
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	247
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	242
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	171
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	166
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	159

Deverá a unidade judiciária manter o volume de inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, iniciais, de instrução e conciliatórias, bem assim a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

à diminuição do acervo de processos da unidade judiciária, medidas que decerto contribuirão para a elevação do índice IPC-Jus.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **355ª colocação**, entre as 1570 varas do país.

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 751 e 1000 (267 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações, conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/07/2020 a 30/06/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Taxa de Congestionamento	Celeridade	Produtividade	Força de trabalho
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	8º	7º	2º	13º
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	8º	2º	148º	1º	2º
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	2º	115º	5º	3º	8º
13ª Região - PB - 3ª Vara de João Pessoa	<b>68º</b>	<b>76º</b>	<b>106º</b>	<b>83º</b>	<b>67º</b>	<b>104º</b>

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	47,37	37,41	800,59
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto	2º	24,33	40,33	240,33



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Velho				
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	102,79	7,4	1.695,15
13ª Região - PB - 3ª Vara de João Pessoa	<b>68º</b>	<b>140,58</b>	<b>187,89</b>	<b>1.061,6</b>

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	936	101	8
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	893	1.053	11
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	427	1.737	7
13ª Região - PB - 3ª Vara de João Pessoa	<b>68º</b>	<b>785</b>	<b>588</b>	<b>14</b>

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro e dezembro/2020, março e junho/2021, estando a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 23/08/2021):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 2020	496º	412º	666º	955º	378º	697º
dezembro 2020	438º	418º	632º	734º	371º	622º
março 2021	348º	341º	387º	747º	306º	549º
junho 2021	355º	298º	529º	462º	64º	619º



A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país:

<b>Vara</b>	<b>Colocação no IGEST</b>
13ª	103ª
10ª	180ª
12ª	199ª
5ª	254ª
3ª	355ª
9ª	500ª
11ª	523ª
4ª	541ª
7ª	547ª
1ª	588ª
6ª	635ª
8ª	671ª
2ª	855ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a julho de 2021:

<b>Ajuizamento até a prolação da sentença</b>	
3ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
134,1 dias	197,8 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Início ao encerramento da liquidação</b>	
3ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
214,5 dias	210,8 dias

<b>Início à extinção da execução - ente privado</b>	
1ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.158 dias	995,3 dias

<b>Início à extinção da execução - ente público</b>	
1ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
876,8 dias	806,9 dias

<b>Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau</b>	
3ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.086 dias	1.048 dias

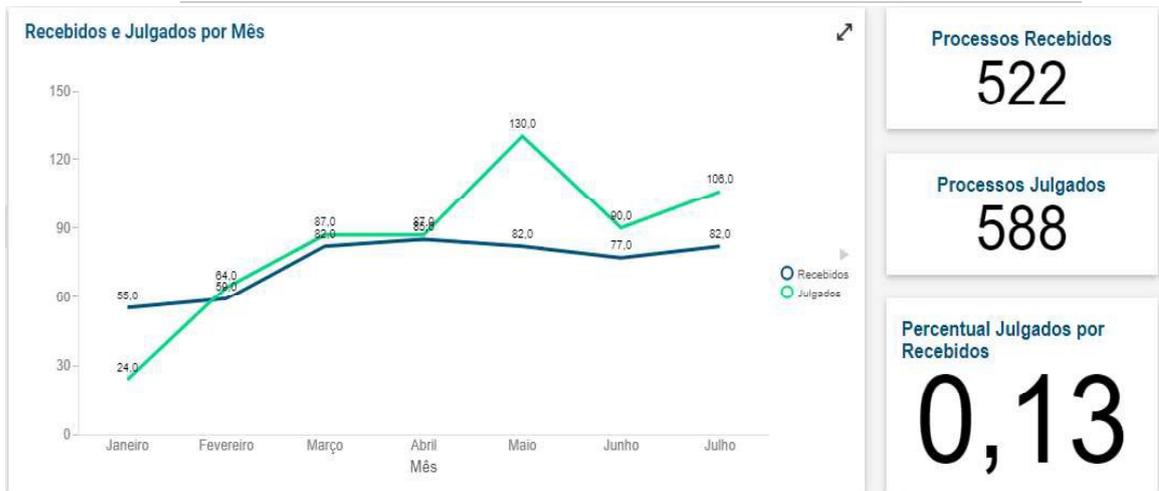
Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a julho de 2021, o Portal e-Gestão, em consulta realizada no dia 23/08/2021, apresenta os seguintes dados:

<b>Percentual de processos julgados por recebidos</b>	
3ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
12,6%	-3,7%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



## JUIZES

### 13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO – Juíza Titular (Fonte: SUAP e SAOAdm)

Herminegilda Leite Machado			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Convocação - TRT	Ato TRT SGP nº 102/20	04/10/2020 a 24/12/2020	
Férias	Protocolo TRT nº 11980/19	08/09/2020 a 27/09/2020	20
Férias	Protocolo TRT nº 17960/19	24/02/2021 a 15/03/2021	20
Férias	Protocolo TRT nº 06963/20	13/05/2021 a 1º/06/2021	20
Férias	Proad nº 21568/2021	15/07/2021 a 31/07/2021	17

Não há afastamento de jurisdição da Juíza Substituta, Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque, no período correicionado (1º/08/2020 a 31/07/2021), como também em relação ao Juiz Substituto, Aécio Pereira de Lima Filho, que atuou na Unidade correicionada no período de 1º a 31/07/2021, por meio do Ato TRT SCR nº 026/2021.

Rosivânia Pereira Gomes - 1º/08/2020 a 11/05/2021			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 11980/19	04/08/2020 a 23/08/2020	20
Férias	Protocolo TRT nº 06963/20	04/02/2021 a 23/02/2021	20



### 13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

### 13.2 Audiências realizadas (1º/08/2020 a 31/07/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Instrução	Inicial	Encerramento Instrução/ Inquirição Testemunha	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	-	37	-	-	1	-	38
Rosivania Pereira Gomes	5	153	61	4	75	71	369
Herminegilda Leite Machado	8	180	386	4	104	98	780
Clovis Rodrigues Barbosa	11	109	24	1	16	7	168

### 13.3 Incidentes julgados (1º/08/2020 a 31/07/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
Clovis Rodrigues Barbosa	25	-	1	26
Rosivania Pereira Gomes	81	20	38	139
Jose Guilherme Marques Junior	4	-	-	4
Herminegilda Leite Machado	109	68	74	251

## 14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS

1º/08/2020 a 31/07/2021									
Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência Outras decisões	
Aercio Pereira	1	-	9	5	-	2	1	2	20
Clovis Rodrigues Barbosa	36	10	24	20	-	3	-	1	94



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Herminegilda Leite Machado	169	62	100	51	3	7	26	28	446
Rosivania Pereira Gomes	109	11	72	58	2	4	6	10	272

No período correicionado, a Juíza titular laborou 222 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,01 processos/dia, e julgou 279 processos quando esteve convocada para substituir Desembargadores no Tribunal.

A Juíza substituta, no período de 1º/08/2020 a 11/05/2021, laborou 295 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 0,92 processo/dia.

#### 14.1 Processos sentenciados por classe processual

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	416
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	256
Homologação da Transação Extrajudicial	79
Embargos de Terceiro Cível	36
Consignação em Pagamento	17
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	16
Ação de Cumprimento	7
Produção Antecipada da Prova	6
Ação Civil Pública Cível	5
Tutela Antecipada Antecedente	4
Mandado de Segurança Cível	2
Ação Civil Coletiva	2
Petição	1
Protesto	1
Tutela Cautelar Antecedente	1



## 15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças Líquidas	%
Clovis Rodrigues Barbosa	33	97,06%
Rosivania Pereira Gomes	72	86,75%
Herminegilda Leite Machado	129	79,62%

## 16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	20
Clovis Rodrigues Barbosa	94
Herminegilda Leite Machado	444
Rosivania Pereira Gomes	271

### 16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 17 dias

Magistrado	Dias
Aercio Pereira de Lima Filho	3
Clovis Rodrigues Barbosa	13
Herminegilda Leite Machado	19
Rosivania Pereira Gomes	18

## 17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 16/06/2021, apresentando-se a unidade bastante organizada.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do



gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## 18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, até 31/07/2021, os seguintes pagamentos:

Devolução ao reclamado - conta existente	R\$ 313.928,21
Devolução de valor a ente público	R\$ 341.502,62
Pagamento ao reclamante - conta existente	R\$ 64.732,37
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 50.325,00
Transferência para processo judicial da mesma Unidade	R\$ 29.341,02
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 830,26
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 800.659,48</b>

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0145100-38.2013.5.13.0003 ( 2 contas), 0000381-50.2019.5.13.0003, 0001304-47.2017.5.13.0003, 0130234-54.2015.5.13.0003, 0000366-18.2018.5.13.0003, 0000599-49.2017.5.13.0003.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para



apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## **19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS**

### **Processos analisados**

Foram analisados 50 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 67/2020, havendo a prolação de 27 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 67/2020, nos últimos 6 meses, houve registro de uma reclamação relativa ao processo 0089400-82.2010.5.13.0003, na qual a parte alegava a morosidade, tendo sido a manifestação da contadoria juntada em 25/11/2021 (ID. cebf5ac), o julgamento da impugnação à sentença ocorreu em 01/02/2021 e o despacho determinando a liberação do valor incontroverso foi assinado em 25/03/2021 (ID. 16fe4bf).

## **20. RECOMENDAÇÕES**

### **Aos Juízes**

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000120-51.2020.5.13.0003 e 0000541-12.2018.5.13.0003;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que



reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;

d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000381-50.2019.5.13.0003, 0001304-47.2017.5.13.0003, 0130234-54.2015.5.13.0003, 0000366-18.2018.5.13.0003, 0000599-49.2017.5.13.0003 (arquivado definitivamente mesmo a parte reclamada tendo peticionado informando conta para transferência).

e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT).

f) diligenciar para identificar as execuções trabalhistas encaminhadas ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

g) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

h) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

i) observar, quando da apreciação das minutas de despachos, se há necessidade de expedição de intimação às partes, evitando-se a elaboração de



intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, a exemplo dos processos 0000902-48.2018.5.13.0029 e 0000040-87.2020.5.13.0003.

j) fixar, nos despachos, prazo para cumprimento de ordens judiciais, quando se tratar de ofícios destinados a terceiros (serviços notariais/registros e instituições financeiras), bem como aplicação de multa diária em casos de descumprimento, a fim de evitar que fiquem paralisados e aumentem o tempo médio na fase de execução, a exemplo do processo 0001319-50.2016.5.13.0003.

#### **Ao Diretor de Secretaria**

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a dispensar maior atenção quando do cumprimento das determinações de alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- d) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos, especialmente nos processos nas tarefas arquivo provisório, aguardando cumprimento de acordo e cumprimento de providências, a fim de que sejam oportunamente impulsionados;
- e) proceder com regularidade à revisão do relatório constante no Sisbajud relativa aos bloqueios efetivados com desdobramentos pendentes;
- f) utilizar e incentivar a equipe a utilizar outros meios a fim de diligenciar cumprimentos de ofícios destinados, por exemplo, aos serviços notariais/registros e instituições financeiras, tais como telefone e email.
- g) orientar a equipe a proceder ao correto registro quando da remessa do processo ao fluxo de suspensão/sobrestamento, evitando-se a utilização do complemento “por decisão judicial” quando há outra opção mais adequada, a exemplo de execução frustrada e reunião de execução, fato ocorrido no processo 0000541-12.2018.5.13.0003.



### **Aos servidores**

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando o ocorrido nos processos 0002081-66.2016.5.13.0003, 0001181-49.2017.5.13.0003 e 0001431-19.2016.5.13.0003 por exemplo;
- b) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;
- d) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;
- e) utilizar o Gigs para controle de prazos, especialmente nos processos nas tarefas arquivo provisório, aguardando cumprimento de acordo e cumprimento de providências, a fim de que sejam oportunamente impulsionados, a exemplo dos processos 0000478-79.2021.5.13.0003, 0000471-87.2021.5.13.0003;
- f) proceder ao correto registro quando da remessa do processo ao fluxo de suspensão/sobrestamento, evitando-se a utilização do complemento “por decisão judicial” quando há outra opção mais adequada, a exemplo de execução frustrada e reunião de execução, fato ocorrido no processo 0000541-12.2018.5.13.0003.
- g) proceder ao acompanhamento da distribuição de cartas precatórias, podendo-se citar como exemplo o processo 0000569-43.2019.5.13.0003, enviado à Distribuição dos Feitos de Recife em fevereiro e, até a presente data, sem informação acerca do número para fins de controle.



## 21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor constata que a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se funcionando regularmente, apresentando ótimos índices na Meta 2 do CNJ - **106,34%** no ano de 2020 e **104,08%** no atual exercício -, como também vem alcançando o cumprimento parcial da Meta 1 (**113,46%**), reconhecendo o comprometimento da equipe, pelo que recomenda a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Ressalta o Corregedor a significativa redução dos processos pendentes de solução, especificamente aguardando a primeira sessão de audiência - de **160** ao final do ano de 2020 para **69** no atual exercício (mês de julho), colocando a Unidade em 2º lugar entre as varas que mais vêm realizando audiências na jurisdição, no período correccionado (agosto de 2020 a julho do corrente ano).

Observa que a Unidade vem conseguindo reduzir os processos pendentes de finalização, que impactam a Vara por ausência de baixa processual, nas fases de: conhecimento (de **954** em 2020 para **814** no atual exercício) e liquidação (de **179** no ano anterior para **67** neste ano).

Ressalta que a Unidade vem atingindo, de janeiro a julho do corrente ano, um índice de conciliação (**39,57%**), acima da média do Regional (**38,50%**), merecendo destaque o percentual de **102,76%** em relação à Meta 3/2021 do CNJ, também alcançada no ano anterior (**101,51%**).

Constata o Corregedor que a Meta 5/2021 vem obtendo o percentual **86,64%**, e apresentando uma redução significativa das taxas de congestionamento nas fases de conhecimento – de **90,87%** em janeiro para **37,90%** em julho – e de execução – de **95,66%** em janeiro para **52,86%** em julho – o que demonstra o comprometimento da Unidade correccionada em relação aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, recomendando a equipe que envide esforços para o atingimento da referida meta até o final deste exercício, cujo índice almejado pelo Regional é de **26,40%** na fase de conhecimento e de **65,12%** na fase de execução.



Atribui-se a majoração no tempo médio de duração do processo na fase de execução – de **1.083** dias no ano de 2020 para **1.137** dias neste exercício – ao bom trabalho desempenhado pela unidade judiciária com vistas ao aumento na quantidade de processos baixados. Até 31/07/2021 foram desarquivados 344 processos e baixados 512, o 3º melhor índice da jurisdição.

Destaca-se a evolução no Igest entre os meses de setembro de 2020 e junho de 2021, quando passou da 496ª posição (2º quartil) para a 355ª posição (1º quartil), destacando-se, no último trimestre, os eixos produtividade (de 747º para 462º) e taxa de congestionamento (de 306º para 64º).

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que reconhece a dedicação da equipe para acelerar a prestação jurisdicional e fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**

**Desembargador Vice-Presidente e Corregedor**



## ANEXO

### VISTOS

0000569-43.2019.5.13.0003	0131361-58.2015.5.13.0025	0000411-51.2020.5.13.0003
0000391-94.2019.5.13.0003	0000846-93.2018.5.13.0003	0000333-57.2020.5.13.0003
0000779-31.2018.5.13.0003	0003300-85.2014.5.13.0003	0000544-98.2017.5.13.0003
0000997-59.2018.5.13.0003	000343-38.2019.5.13.0003	0131869-70.2015.5.13.0003
0001520-08.2017.5.13.0003	0000533-98.2019.5.13.0003	0000550-42.2016.5.13.0003
0000179-39.2020.5.13.0003	0000263-11.2018.5.13.0003	0000177-69.2020.5.13.0003
0000515-43.2020.5.13.0003	0000675-68.2020.5.13.0003	0000480-54.2018.5.13.0003
0000489-45.2020.5.13.0003	0000329-20.2020.5.13.0003	

### DESPACHOS CORREICIONAIS

0000840-46.2019.5.13.0005	0000529-95.2018.5.13.0003	0051900-45.2011.5.13.0003
0000158-29.2021.5.13.0003	0000298-97.2020.5.13.0003	0000927-76.2017.5.13.0003
0001304-81.2016.5.13.0003	0002081-66.2016.5.13.0003	0130860-73.2015.5.13.0003
0000673-29.2019.5.13.0005	0131448-80.2015.5.13.0003	0131529-29.2015.5.13.0003
0000438-97.2021.5.13.0003	0000527-91.2019.5.13.0003	0131469-56.2015.5.13.0003
0000902-48.2018.5.13.0029	0001181-49.2017.5.13.0003	0001431-19.2016.5.13.0003
0000040-87.2020.5.13.0003	0000120-51.2020.5.13.0003	0023000-47.2014.5.13.0003
0000724-51.2016.5.13.0003	0000931-79.2018.5.13.0003	0000541-12.2018.5.13.0003
0002057-38.2016.5.13.0003	0130207-71.2015.5.13.0003	0001319-50.2016.5.13.0003